

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL
Resolução do Conselho do Governo n.º 117/2009 de 6 de Julho de 2009

Considerando os objectivos do Governo dos Açores de prosseguir no melhoramento da rede escolar;

Considerando que o projecto de execução da obra, se encontra concluído e que foi apresentada uma estimativa orçamental de € 13.500.000,00 (treze milhões e quinhentos mil euros), efectuada sobre as medições, valor acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Assim, no uso dos poderes que lhe são conferidos pelas alíneas d) e e) do n.º 1 do artigo 90.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, e ao abrigo das disposições conjugadas da alínea e) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 18.º do Decreto Legislativo Regional n.º 6/2009/A, de 7 de Maio, da alínea a) do n.º 1 do artigo 16.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 8/2009/A, de 5 de Junho, dos artigos 35.º e 36.º do Código de Procedimento Administrativo e ainda da alínea a) do n.º 1 e da alínea a) do n.º 2 do artigo 16.º; da alínea b) do n.º 1 do artigo 19.º, do n.º 1 do artigo 36.º, do artigo 38.º, da alínea b) do n.º 1 do artigo 40.º, do n.º 1 do artigo 67.º, do n.º 1 e do n.º 3 do artigo 109.º, todos do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, o Governo Regional resolve o seguinte:

1 - Autorizar a abertura de um concurso público para a adjudicação da “Empreitada de Construção da EB2,3 de Água de Pau – Lagoa – São Miguel”, com o preço base de € 13.500.000,00 (treze milhões e quinhentos mil euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, e pelo prazo máximo de 24 meses.

2 - Delegar poderes na Secretária Regional da Educação e Formação, com faculdade de subdelegar, para aprovar o processo de concurso, mandar publicar o anúncio de abertura, nomear o júri do mesmo, proceder à audiência prévia dos concorrentes, adjudicar de acordo com o relatório final do júri, outorgar no contrato em representação da Região, bem como praticar todos os restantes actos atinentes a este procedimento que nos termos legais sejam cometidos à entidade adjudicante e ainda autorizar posteriormente eventuais trabalhos a mais e trabalhos de suprimentos de erros e omissões, nos limites legais.

3 - Revogar a Resolução n.º 102/2008, de 14 de Julho.

4- A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte à sua publicação.

Aprovada em Conselho do Governo Regional, em Angra do Heroísmo, em 25 de Junho de 2009. - O Presidente do Governo Regional, *Carlos Manuel Martins do Vale César*.